



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 40

II Sessão Legislativa

Horta, segunda-feira, 21 de outubro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Plenário Extraordinário

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

A sessão iniciou-se com a chamada dos Srs. Deputados, partindo-se de seguida para o único ponto da Agenda da Reunião: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/X – “Período normal de trabalho dos trabalhadores da Administração pública regional”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, prosseguindo com a participação do/as Sr./as Deputado/as Joaquim Machado (*PSD*), Graça Silva (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*) e do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), que informou que retirava o seu diploma, e os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o plenário extraordinário de outubro.**

Os trabalhos terminaram às 11 horas e 50 minutos.

Presidente: Bom dia, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo.
Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49, Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Eram 10 horas e 13 minutos.

Antes de entrarmos na Agenda quero dar as boas-vindas à Sra. Deputada Ana Espínola e ao Sr. Deputado Ricardo Ramalho, desejando-lhes um bom trabalho.

Sejam-bem vindos a esta Assembleia.

Hoje vamos debater, como ponto único, o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/X – “Período normal de trabalho dos trabalhadores da Administração pública regional”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos são os utilizados no processo legislativo comum, definido pela Conferência de Líderes e são os seguintes:

PPM, Governo e o PS – 25 minutos.

PSD - 20 minutos.

CDS-PP - 13 minutos.

BE e PCP -10 minutos.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui hoje reunidos para aprovar uma Lei que estabelece um horário de 35 horas por semana para os trabalhadores da administração pública regional.

Não se trata de defender ou de criar uma situação de privilégio em relação aos restantes trabalhadores portugueses. A nossa iniciativa visa alcançar precisamente o contrário. Queremos estabelecer nos Açores uma bolsa de resistência contra o aumento injusto, desnecessário e inconstitucional do horário de trabalho dos trabalhadores portugueses.

A mensagem deste Parlamento a todos os trabalhadores portugueses é que aqui estamos dispostos a resistir. Que os Açores permanecerão como um território não conquistado pelas políticas neoliberais que visam destruir conquistas laborais alcançadas por décadas de sacrifício dos trabalhadores portugueses.

A mensagem deste Parlamento é que resistiremos. Resistiremos em nome dos trabalhadores açorianos e em nome de todos os trabalhadores portugueses. Queremos fazer dos Açores um bastião inexpugnável da justiça social e das conquistas civilizacionais obtidas no âmbito do mundo laboral. Neste contexto, caberá aos trabalhadores açorianos transportar o archote da resistência e da sobrevivência no território nacional de um horário de 35 horas.

Os Açores não serão uma zona de privilégio. Os Açores não serão insolidários. A nossa pretensão, nesta matéria, é a de servir como território de resistência e como núcleo do esforço de reconquista dos direitos laborais perdidos no resto do território nacional. Temos de ser vistos como um precedente inspirador e um farol de justiça no contexto do nevoeiro negro do neoliberalismo que submerge o nosso país.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns dirão que o papel de resistência e de contenção do dique neoliberal pertence exclusivamente ao Tribunal Constitucional. Que não nos cabe a nós

resistir de forma ativa. Que nos cabe acatar a injustiça e a ilegalidade e esperar pela redenção do Tribunal Constitucional.

Permitam-me discordar de quem assim pensa. Eu acho que cada intervenção do Tribunal Constitucional na defesa da legalidade e dos direitos dos trabalhadores portugueses resulta e surge em consequência de um igual número de omissões e erros do poder legislativo. O Tribunal Constitucional não pode ser uma espécie de Moisés que guarda em solitário, no cimo da montanha, as tabuinhas da lei. Não é possível, nem desejável, que isso possa acontecer na idade da cidadania. Esse papel cabe a todos e a cada um dos portugueses.

Nós, os deputados. Nós, o Parlamento dos Açores, temos a indeclinável responsabilidade de proteger os trabalhadores açorianos das consequências nefastas de uma legislação inconstitucional, injusta e contraproducente. Nestas circunstâncias, a deserção e a omissão de responsabilidades e competências não são opções válidas para este Parlamento. O Parlamento está do lado justo e certo da História: estamos ao lado, ombro com ombro, com os trabalhadores dos Açores.

Meus Senhores! Eu não acredito que seja possível diminuir o desemprego aumentando a duração da jornada de trabalho. Eu não acredito que se melhore, de forma sustentada e progressiva, a produtividade aumentando o horário de trabalho. Eu não acredito que o aumento sistemático do horário de trabalho possa favorecer e criar um contexto de melhoria dos salários. Eu não acredito que as políticas de aumento da jornada de trabalho possam vir a favorecer a modernização tecnológica das empresas e da administração.

Pelo contrário! Tenho a firme convicção que o aumento da jornada de trabalho aumenta o desemprego, não promove a produtividade, desfavorece a modernização e cria uma dinâmica de baixos salários. O aumento do horário de trabalho tem ainda consequências devastadoras no âmbito do aumento das despesas das famílias e em nada favorece as políticas que visam a recuperação demográfica, um dos principais problemas, de médio e longo prazo, que o país enfrenta.

O aumento da jornada de trabalho na função pública tem efeitos muito residuais na administração. Os Governos da República e da Região não revelaram ter qualquer plano ou ideia concreta para rentabilizar o aumento da jornada de trabalho. Faz-se hoje em 40 horas o que era possível fazer, e se fazia, em 35. Tudo isto com a agravante dos trabalhadores se sentirem desmotivados pela implementação de um aumento, não remunerado, do seu horário de trabalho num momento em que estão a sofrer mais cortes salariais e em que as respetivas carreiras estão congeladas. Tudo isto acaba por criar, e incrementar, um justificado ambiente de desmotivação geral no âmbito do funcionalismo público.

Todos os trabalhadores açorianos estão disponíveis, nas presentes circunstâncias que o país enfrenta, para dar o seu contributo patriótico, mas todos sentem que o que se lhes pede, através do aumento do horário de trabalho, é algo absolutamente gratuito, contraproducente e não necessário. Trata-se de um esforço inútil que em nada contribui para resolver os problemas nacionais. Pelo contrário! Incrementa dificuldades e cria dinâmicas muito desfavoráveis no âmbito das políticas de criação de emprego.

Neste contexto é necessário, uma vez mais, assinalar o papel de âncora do horário da função pública para o sector privado. As conquistas obtidas no âmbito da função pública serviram, ao longo dos anos, de referência para o sector privado. O aumento do horário da função pública terá como consequência, a curto e médio prazo, o aumento do horário de trabalho no sector privado. Isto é incontestável, até na medida em que se sabe que a média da duração da jornada laboral no sector privado é, atualmente, de 37 horas. Ou seja, ficará 3 horas abaixo do novo horário da função pública no território continental do país.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino com uma última apreciação política a respeito da evolução desta questão nos Açores. O Governo Regional e o PS sempre afirmaram que não seriam um problema no âmbito da aprovação de legislação regional a respeito da jornada de trabalho dos trabalhadores da administração pública regional.

O que os trabalhadores açorianos exigem é que o Partido Socialista e o Governo Regional façam parte da solução. Fazer parte da solução significa votar favoravelmente esta iniciativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A abstenção significa, nas presentes circunstâncias, fugir às responsabilidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os trabalhadores açorianos não aceitarão, certamente, deserções da linha da frente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi o que o senhor disse ao SINTAP!

O Orador: Em relação à futura posição do Representante da República, o que dele se espera é que tenha a coragem política de respeitar, plenamente, a decisão de um órgão eleito, e representativo de todos os açorianos, como é a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Em nenhuma circunstância se aceitará que a definição do período normal de trabalho da Administração pública regional fique fora das competências da nossa Autonomia.

Viva os Açores!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A Autonomia cumpre a sua normalidade mesmo que o faça num Plenário Extraordinário.

Fomos convocados em circunstâncias excepcionais, como aconteceu noutros momentos, mas desta vez para decidir entre a ambição e a acomodação. Para decidir entre uma Autonomia que se afirma e progride e um sistema político acabrunhado, sem fé no exercício das suas próprias capacidades. Para decidir entre a afirmação de uma especificidade, que leva até ao limite as

potencialidades das nossas competências autonómicas, e a indiferença de uma conveniência tática.

Já quase tudo foi dito sobre a lei das 40 horas, identificada a sua autoria (o Governo da República!), as circunstâncias da sua origem (as dificuldades e necessidades do país), quem se resignou a ela nas nossas ilhas, quem ziguezagueou à sua volta (o PS!), quem se manteve firme e coerente, discordando da sua aplicação, invocando o uso das prerrogativas legislativas e administrativas conferidas pelo nosso Estatuto.

A Região “tem capacidade legislativa própria e, por isso, pode estabelecer para a Administração Regional um regime diverso”, disse o PSD/Açores em 27 de junho. Disse-o sozinho, mas disse-o convictamente. Sem tacticismos. Com frontalidade. E ninguém questionou a interpretação do PSD/Açores.

Outros remeteram-se a uma confrangedora resignação, não vislumbrando qualquer possibilidade de a Região decidir sobre o horário laboral dos seus funcionários públicos. Afinal a via açoriana para o desenvolvimento acaba quase sempre a culpar e a desculpar-se com terceiros.

Se não exercermos a nossa Autonomia seremos apenas um mero resultado dos outros e não dos nossos próprios esforços.

Se a Autonomia não responder de modo diferente e para melhor, questiona-se-lhe a utilidade e a finalidade. E o pior que podemos fazer neste domínio é ter uma Autonomia que não queremos usar.

Para este problema das 40 horas o PS, em vez de fazer parte da solução, apresentou uma solução à parte.

Pior do que isso: duvidou sempre das competências da Região. Não quis ir mais além. Nem tão pouco exercer as prerrogativas que outrora os Açores conquistaram, com determinação e ousadia.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais grave ainda: levantou suspeitas sobre o uso dessas mesmas prerrogativas, confortando-se, ironicamente, nas posições do Representante da República para a Madeira.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E não é duvidando da competência legislativa e administrativa da Região que se fortalece a Autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Expetativas falsas!

O Orador: A dúvida constante que o PS e o Governo Regional vieram levantando atrai críticas à Autonomia, dá oportunidade aos centralistas e às desconfianças de Lisboa para atacar a Autonomia. E por isso prestou um mau serviço aos Açores.

Depois de renunciar ao exercício das competências legislativas do nosso Parlamento, depois de se proteger no parecer jurídico de um constitucionalista conhecido pelas suas posições anti-autonómicas, depois de se confortar argumentação do Representante da República para a Madeira, depois de suspeitar da legalidade de um diploma regional sobre o horário de trabalho na função pública dos Açores, depois de tudo isso o PS apronta-se para viabilizar esta iniciativa legislativa, movido por uma oportuna conveniência, mas não por imperativos de consciência.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: O PS chega tarde e sem convicção a esta solução açoriana, à qual torpedeou o caminho, porventura traçando-lhe inglório destino.

Devia por isso a Oposição baixar os braços? Não. Três vezes não.

Lisboa pode não estar de acordo com a decisão que agora emana do Parlamento açoriano. Outras personalidades podem também vir a entender que a nossa proposta é desadequada – foram, aliás, muito instigadas nesse sentido pelo PS. Em primeiro lugar, as nossas obrigações eram e são com os açorianos. Cumprimos aqui o nosso dever.

Deputados Luís Maurício e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor faz uma intervenção só para atacar o PS!

Guerrilheiros políticos!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista assumiu já, por diversas vezes, quer nesta Casa, quer junto dos sindicatos, quer publicamente, que viabilizaria qualquer iniciativa que travasse o aumento do horário dos trabalhadores da Administração Pública, na Região, das 35 para as 40 horas.

Fê-lo com convicção!

Fê-lo, porque não concorda com o aumento do horário de trabalho!

Fê-lo por não considerar necessário este aumento, porque na prática não traz nem eficiência, não traz eficácia nem maior produtividade aos serviços públicos.

Ignora o efeito negativo para os trabalhadores e para as suas famílias e põem em causa os níveis de segurança no trabalho destes trabalhadores.

Fê-lo porque é uma lei contra os trabalhadores, porque reduz salários, porque promove despedimento, porque promove desemprego. É uma lei contra os trabalhadores da Administração Pública, mas também contra os trabalhadores do setor privado. Portanto, para os trabalhadores, em geral, do país.

O horário de trabalho das 35 horas é uma conquista dos trabalhadores da Administração Pública; é uma conquista que foi negociada com o Governo em 98 e foi conquistada em 99; é uma conquista que foi negociada e foi através de cedências por parte dos trabalhadores que se conseguiu o horário das 35 horas para a Administração Pública no geral.

Os trabalhadores da Administração Pública ainda há 15 anos atrás tinham horários de trabalho diferenciados, onde trabalhadores do setor operário cumpriam mais horas de trabalho do que os trabalhadores administrativos.

Foi uma cedência nos aumentos salariais para a respetiva redução do horário de trabalho.

Hoje, 15 anos passados, quebra-se unilateralmente esta conquista. Quebra-se contra tudo e contra todos. E foi quebrada pelo Governo da República, governo do PSD/CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito: CDS-PP! Sim, senhora!

A Oradora: Sim, contra tudo e contra todos, porque nem os sindicatos, nem nenhum partido da oposição estiveram de acordo com este horário de trabalho.

Foi quebrado um contrato. O aumento do horário de trabalho foi imposto por um Governo autoritário que não respeita os trabalhadores e não respeita a negociação coletiva.

Mas este não é o único ataque aos trabalhadores da Administração Pública.

O Orçamento de Estado de 2013 trouxe verdadeiros roubos aos trabalhadores da função pública; trouxe cortes nos salários e subsídios entre 3,5 e 10% para remunerações acima de 1500 euros; trouxe o confisco dos subsídios de férias na totalidade acima dos 1100 euros que foi considerado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É verdade!

A Oradora: Trouxe o confisco de 90% dos subsídios de férias das pensões no valor superior a 1100 euros, sendo que eram reduzidas proporcionalmente a partir dos 600 euros, também considerado inconstitucional mais tarde.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Trouxe a proibição de valorizações remuneratórias, quer salarias, quer nas promoções, quer nas progressões dos trabalhadores da Administração Pública; trouxe a imposição de gravosas restrições nas ajudas de custo; trouxe a proibição do recrutamento de pessoal; trouxe a imposição da redução de 50% dos trabalhadores contratados, ou seja, trouxe mais despedimento e mais desemprego.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Trouxe a alteração da fórmula de cálculo das pensões no sentido de reduzir as já magras pensões dos trabalhadores funcionários públicos; trouxe o aumento da idade da aposentação; o agravamento brutal da carga fiscal, nomeadamente o IRS.

Mas não se ficou por aqui. Ainda fez um ataque mais serrado à Administração Local.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É verdade!

A Oradora: Com o novo regime do setor empresarial local e as consequências para os trabalhadores impôs a dissolução de centenas de empresas do setor local, pondo em causa um número incalculável de postos de trabalho e relevantes serviços públicos.

Trouxe um regime de requalificação profissional versus despedimento sem justa causa, também posteriormente considerado inconstitucional; trouxe a designada convergência da Caixa Geral de Aposentações com o regime geral com uma redução de 10% das pensões atribuídas até 2005, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o que é que isto tem a ver com o diploma?

A Oradora: ... pensões de valor igual ou superior a 600 euros.

Agora, como se tudo isto não bastasse, temos ainda o Orçamento de Estado para 2014 com mais ataques aos funcionários públicos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Desde há dois anos os funcionários públicos sofreram uma redução no seu poder de compra de cerca de 20%.

No que se refere a estes ataques, não vi nenhum partido político, para além dos partidos da oposição na Assembleia da República, nomeadamente o Partido Socialista, erguer a voz na Região contra estas medidas e muito menos vê-los fazer, junto dos seus grupos parlamentares na Assembleia da República ou dos seus partidos a nível nacional, qualquer esforço no sentido de travar este ataque vergonhoso contra os trabalhadores da Administração Pública.

Mas como se isso não bastasse, cria-se aqui uma desigualdade na Região.

Queria reforçar aqui que o Partido Socialista, nesta Assembleia, viabilizará esta proposta...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é que vota?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Só vai saber no fim!

A Oradora: ... mas é preciso não esquecer – é preciso que os partidos, quer o PSD, quer o CDS-PP não esqueçam – que continuam de fora muitos trabalhadores nesta Região, os trabalhadores da Administração Local e os trabalhadores da Administração Central.

Deixo novamente aqui o repto a estes dois partidos: o que farão junto dos seus grupos parlamentares na Assembleia da República, e junto dos seus partidos políticos na República, para travar estas medidas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o repto que o sindicato vai fazer?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A questão é saber o que é que faz o PS na Assembleia Regional?

A Oradora: ... também contra os trabalhadores da Administração Local e os trabalhadores da Administração Central, no geral?

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema é quando a CGTP fizer o repto!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

A Representação Parlamentar do PCP já se pronunciou sobre esta iniciativa do PPM e outras que entretanto aqui vieram. Portanto, vai dar o seu voto favorável a esta iniciativa do PPM que visa repor um horário de 35 horas aos trabalhadores da Administração pública regional.

Estamos, no uso das nossas competências autonómicas, a legislar sobre os trabalhadores da Administração pública regional, mas não podemos reduzir este debate apenas a este objetivo, muito claro e preciso, da iniciativa do PPM, isto é, repor o horário das 35 horas para os trabalhadores da Administração pública regional, até porque isso resolve apenas uma parte do problema e o problema não foi criado na Região. O problema foi criado na República pelo Governo do

PSD e do CDS-PP, ou se preferirem, pela administração da troika para Portugal, porque também assim podemos designá-lo.

Esse é um problema que veio de Lisboa para todo o país, designadamente para a Região Autónoma dos Açores.

Portanto, é bom que isto fique claro: a responsabilidade primeira tem origem nas políticas de austeridade, nas políticas neoliberais, com que o Governo do PSD e do CDS constituem um ataque profundíssimo ao trabalho.

Por outro lado gostaria de acrescentar o seguinte:

O aumento da produtividade não se relaciona diretamente com a diminuição dos salários, seja por via direta ou indireta, como é este caso em que o aumento do horário de trabalho acaba por corresponder a uma diminuição real dos salários.

Portanto, não é por aí que se consegue aumentar a produtividade. Aliás, isso está comprovadíssimo. Se hoje isso tivesse sortido efeito, os trabalhadores em Portugal seriam dos trabalhadores mais produtivos da Europa, uma vez que os trabalhadores portugueses ganham em média muito menos que os trabalhadores europeus; os trabalhadores portugueses trabalham, em média, muitas mais horas e dias por ano do que a média dos trabalhadores europeus.

Portanto, o aumento da produtividade não será por esta via, uma via que tem esta matriz neoliberal e que tem vindo a acentuar a desvalorização do trabalho e dos trabalhadores.

Portanto, não se pode dissociar esta questão que hoje estamos aqui a discutir deste problema.

O problema tem uma determina origem.

Se queremos resolver o problema temos que cortar a raiz do problema na sua origem.

A luta dos trabalhadores portugueses, sejam eles da Administração Pública, seja do setor privado, é que poderá levar ao corte com este Governo, com estas políticas e acabar de uma vez por todas com esta ofensiva de empobrecimento dos trabalhadores portugueses, de empobrecimento do país, que é isso que os Governos do PSD e do CDS-PP têm estado a fazer na República.

Vamos usar aqui uma prerrogativa autonómica, mas ainda assim, como já aqui foi referido, não resolvemos o problema de todos os trabalhadores da Administração Pública, porque ficam muitos trabalhadores da Administração Pública Central e da Administração Pública Local fora do âmbito desta legislação que hoje vamos aqui aprovar.

Portanto, é bom que isto fique claro: a responsabilidade primeira é da República, não é da Região.

Aquilo que hoje estamos a fazer é apenas salvaguardar aqui os interesses dos trabalhadores da Administração pública regional, sendo que muitos trabalhadores na Região ficam fora do âmbito desta iniciativa do PPM que vamos aprovar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Ouvindo a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, do PSD, parece que o ónus desta situação é do Partido Socialista, nomeadamente do Partido Socialista dos Açores.

Já aqui discutimos esta matéria das 40 horas e na altura eu lembrei que na qualidade de legisladores que somos, eleitos pelo povo, somos convocados a interpretar os instrumentos que enformam o exercício das nossas funções. Foi isso que o PS fez e decidiu. Fez mais, muito mais, do que fez o PSD.

O PSD votou a favor desta lei na Assembleia da República...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o CDS-PP!

A Oradora: ... incluindo os deputados do PSD, eleitos pelo círculo eleitoral dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Só pode ser para atacar o PSD!

Deputado Berto Messias (PS): Atiram a primeira pedra, estão à espera do quê?

A Oradora: O Sr. Deputado António Marinho não estava à espera de ficar sem resposta, ou estava?

Isto é um debate. Estamos num debate, não estamos?

Então eu estou a responder à vossa intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha calma!

A Oradora: Eu estou calmíssima, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Tenha calma, Sr. Deputado! Não se precipite!

A Oradora: Continuando, ao longo do exercício do mandato deste Governo da República, não só o PSD lá fora como o PSD-Açores, ...

Deputado António Marinho (PSD): Está a ver?

A Oradora: ... apoiaram todas as alterações ao Código do Trabalho, sempre que elas implicaram, porque elas implicaram sempre, diminuição dos direitos e das garantias dos trabalhadores.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: E os senhores estiveram de que lado?!

Do lado do Governo da República!

Em sede de análise da iniciativa na Comissão, os senhores fizeram a mesma coisa, abstiveram-se dizendo: “Ah! Abstemo-nos, porque achamos que a Região tem competências!”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A parte do “ah!” não dissemos!

A Oradora: No entanto, pasme-se!... Os senhores não apresentaram nenhuma iniciativa.

As iniciativas que o PSD tem tido nesta matéria têm-se limitado a ataques ao Partido Socialista nos Açores, a ataques ao Governo Regional,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e à emissão de inúmeras notas de imprensa.

Não é assim, Sr. Deputado Joaquim Machado, se me permite, na minha opinião que se exerce a autonomia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Aliás, na sua intervenção, o senhor gastou metade do seu tempo a falar desta bancada e do Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Não! Não foi metade! Foi o tempo todo!

Deputado Joaquim Machado(PSD): Não! Ia falar mal do PSD!

A Oradora: Não despendeu dois segundos do seu tempo para dizer o que pensa da lei que o Governo da República fez aprovar, da lei que os senhores aprovaram na Assembleia da República e que passou o horário de trabalho para as 40 horas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora não ouviu!

A Oradora: Gostávamos de saber o que é que os senhores pensam dessa lei.

Deputado Berto Messias (PS): Vamos ficar sem resposta, como sempre!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh, Sr. Deputado, se fossemos pedir que os senhores dissessem tudo o que pensam sobre o que o José Sócrates fez! ...

A Oradora: No que toca à matéria das 40 horas, o Partido Socialista manifestou-se sempre contra esta alteração do horário de trabalho.

Entendemos sempre que ela não constitui qualquer fator de melhoria da eficácia dos serviços públicos, que tem impacto negativo direto no emprego público e no rendimento das famílias.

Divergimos na forma, é verdade, mas no conteúdo estamos de acordo. E o que é importante é que se atinja o resultado e que seja possível manter as 35 horas para a Administração na Região Autónoma dos Açores.

Afirmámos, por isso, sempre, que iríamos viabilizar qualquer iniciativa que visasse a manutenção deste horário de trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Não é verdade! À exceção da semana passada!

Votaram contra a semana passada!

A Oradora: Será isso que o PS fará.

O PS assumirá as suas responsabilidades e honrará o compromisso que assumiu.

Não posso terminar a minha intervenção sem referir que reconheço que este é um terreno fértil para a demagogia e para a guerrilha política, como se tem assistido.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está a ver-se Sra. Deputada!

A Oradora: Não é isso que nos move. Portanto, não contarão connosco para seguir esse caminho.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Não deixa de ser irónico verificarmos que, quem acusou durante uma intervenção o PSD de não ter utilizado dois minutos do seu tempo para dizer a sua opinião sobre esta lei das 40 horas, tendo gasto todo o tempo a acusar o Partido Socialista, concluídas as duas intervenções do Partido Socialista, gastaram o tempo a atacar o PSD e o Governo da República.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Pois então! Os senhores são os responsáveis!

O Orador: Eu percebo a razão da forma e do conteúdo dessa argumentação, porque têm grande dificuldade em pôr-se ao lado daqueles que entendem que esta solução, isto é, um diploma regional, é a verdadeira via açoriana para resolver este problema.

Deputado Francisco César (PS): Não temos dificuldade nenhuma!

O Orador: Mas vamos aos desafios.

A Sra. Deputada Graça Silva certamente que hoje, “retirando o casaco” da sindicalista que foi, ...

Deputado Francisco César (PS): E é!

O Orador: ... tem dificuldade em perceber algumas coisas que num passado, ainda relativamente recente, naturalmente a mobilizavam e a motivavam para lutas sindicais.

Sra. Deputada, relativamente à circunstância da administração autárquica nos Açores e dos funcionários do Estado poderem ficar excluídos da abrangência deste diploma regional, saiba a Sra. Deputada que as razões são exatamente as mesmas que, por exemplo, o Partido Socialista e o Governo Regional invocaram quando aqui trouxeram a este Parlamento o diploma para estabelecer a remuneração complementar. Isto é, a Região, dispendo ou tendo competências apenas sobre a sua Administração pública regional, naturalmente que pode legislar só para ela.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, vamos ser sérios nisso!

A hipocrisia tem limites, Sr. Deputado!

O Orador: Agora, uma coisa é certa, é que não podendo fazer para todos, não podemos deixar de fazer para aqueles sobre os quais podemos decidir.

Mas também faz um outro desafio, Sra. Deputada (vou fazer uma pausa, porque a Sra. Deputada está a receber instruções do seu líder parlamentar, portanto, não está a ouvir...

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: ... e tendo-me interpelado, naturalmente que eu tenho muito gosto em responder a ela).

Deputado Francisco César (PS): Olha o fel!

O Orador: Relativamente àquilo que o PSD vai fazer na Assembleia República, também posso dizer, Sra. Deputada, que, em 2010, o Governo Regional do Partido Socialista insurgiu-se contra um diploma do Governo da República do Partido Socialista, num tempo em que provavelmente a senhora estava contra a medida vinda da República, dizendo que esse diploma reduzia as competências das Regiões Autónomas, reduzindo-as a meras competências administrativas, que era um diploma que não dignificava nem prestigiava os órgãos de Governo próprio da Região, tratando-os como um mero serviço da administração direta do Estado.

Sabe a Sra. Deputada que influência, que diligências, que resultados obtiveram os dirigentes regionais do partido que a senhora hoje integra a bancada parlamentar?

Sabe qual foi o resultado? Sabe qual foi o resultado (e estou a falar da Lei que Estabelece o Regime de Vínculos, Carreiras e Remuneração)? Sabe qual foi a resposta do Governo da República de José Sócrates ao camarada Carlos César? Sabe?

Deputada Graça Silva (PS): Sei!

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sr. Deputado, isso tem tudo a ver!

O Orador: Ah! A senhora sabe.

Pois. Sabe que às vezes as convicções açorianas, e a defesa daquilo que nós fazemos, muitas vezes têm exatamente a mesma resposta. Eu admito até que a resposta do PSD nacional às nossas posições, às nossas solicitações, às nossas reivindicações, possa ser a mesma, porque a questão do centralismo, infelizmente, cada vez mais vamos confirmando que não tem cor partidária. Atravessa todos os partidos.

Se dúvidas houvesse também atravessou, e muito, o Partido Socialista.

A senhora pergunta-me o que é que vamos fazer na Assembleia da República?

Eu já lhe disse.

Mas gostava de saber o que é que o PS está disposto a fazer aqui nos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Votaram a favor!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor sabe!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Rigorosamente nada!

O Orador: E o que é que o PS fez até aqui.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os deputados açorianos votaram a favor!

O Orador: Nós percebemos, Sra. Deputada Graça Silva, a dificuldade que teve na sua intervenção.

Hesitou entre aquilo que é a sua obrigação hoje como deputada e o seu coração de sindicalista. Hesitou!...

Nós percebemos isso. Percebemos no tom e no conteúdo.

No conteúdo, porque gastou muito do seu tempo fazendo uma crítica ao PSD e ao Governo da República, lembrando os ataques que o Governo da República faz aos trabalhadores.

Sra. Deputada, a senhora conhece provavelmente este panfleto. Deve conhecer, porque andou a circular, oriundo da central sindical que a senhora foi dirigente regional e julgo que até nacional.

Este panfleto diz o seguinte:

“Em 2005 disseram-me que eu tinha de parar na carreira.

A 28 de dezembro de 2007 – um dia, decidem que apenas alguns podem ter desempenho de Excelência”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem era Primeiro-Ministro?

O Orador: A 1 de janeiro de 2009 – “um dia, tiram-me o vínculo à função pública”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem era Primeiro-Ministro?

O Orador: Em 7 de outubro de 2010 (quem era o Primeiro-Ministro?) – ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Quem é que alterou isso?

O Orador: ... “um dia, obrigam-me a estagnar na carreira depois de me aliciarem a fazer um estágio de dois anos para progredir”.

A 31 de dezembro de 2010 – “um dia decidem ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Gastem o tempo todo com essas questões fundamentais!!!

O Orador: ... pagar menos pelo mesmo trabalho”.

Quem era o Primeiro-Ministro?

A 31 de dezembro de 2010 – “um dia, supero todos os objetivos e apenas vou ganhar umas palmadinhas nas costas. É a proibição das valorizações remuneratórias”.

A 31 de dezembro de 2010 – “um dia vou ser solidário à força - Contribuição Extraordinária de Solidariedade”.

Sra. Deputada, se é para esgrimir responsabilidades naquilo que têm sido os ataques à função pública e aos trabalhadores em geral, estamos conversados.

Mas vamos avançar mais um bocadinho.

A Sra. Deputada passou uma grande parte do seu tempo a fazer críticas, em vez de abraçar a defesa desta solução, dizendo apenas que vai viabilizar.

Sra. Deputada, o PS pode até votar favoravelmente este diploma. Não tem problema.

Uma coisa é certa: chegou tarde a esta posição e, mais do que isso, chega por conveniência tática e nunca por convicção. Sabe porquê?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Os senhores é que têm muitas convicções!

O Orador: Porque aquele senhor que ali está sentado, o Sr. Vice-Presidente do Governo, começou por dizer, no dia 30 de julho, o seguinte:

“Esta é uma matéria de regime e como tal é uma matéria da exclusiva competência em termos constitucionais da Assembleia da República, não tendo a Região, através da Assembleia Legislativa, competência para alterar ou adaptar as matérias de regime da Administração Pública e, conseqüentemente é uma matéria da exclusiva competência da Assembleia da República”.

Nesse mesmo dia, o Presidente do Grupo Parlamentar do PS dizia também:

“Trata-se de uma matéria do regime geral da função pública e, portanto, competência exclusiva da Assembleia da República”.

Deputado Berto Messias (PS): Já disse que me enganei! Disse que era relativa!

O Orador: Passada uma semana, o Sr. Vice-Presidente do Governo já dizia:

“É uma matéria que temos, do ponto de vista jurídico, a certeza inequívoca que é uma competência da Assembleia da República”.

Deputado Berto Messias (PS): Eu assumo os meus erros, o senhor é que parece que não!

O Orador: Até para que finalmente no dia 12 de setembro (isto é o zigzague que referi na minha intervenção inicial), o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS vem dizer: “temos a convicção de que se trata de uma competência relativa”.

Deputado Berto Messias (PS): Exatamente!

O Orador: De facto, quem aqui andou a ziguezaguear este tempo todo foi o Partido Socialista, porque tinha interesse em aplicar esta lei nos Açores, porque com ela fazia grandes economias, ...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, isso é uma manobra de diversão!

O Orador: ... sobretudo na área da saúde e atirava o ódio para o Governo República.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Santa Paciência!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

É interessante a análise política que o Partido Socialista faz sobre a demagogia, a guerrilha partidária, a guerrilha político-partidária, etc.

Quando a oposição nos Açores critica o Governo Regional é demagogia e guerrilha partidária.

Quando alguns Srs. Deputados do Partido Socialista, e até alguns Membros do Governo, criticam o Governo da República, isso não é guerrilha político-partidária.

Deputado Francisco César (PS): Mas queriam que criticássemos quem, se a lei é do Governo da República?

O Orador: Quando José Seguro ataca o Primeiro-Ministro, isso não é demagogia, nem política partidária.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não resiste em vir para aqui falar no Governo da República!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fica-lhe bem, por acaso fica-lhe bem!

O Orador: Quando José Seguro faz uma demagogia mais cristalizada e mais cristalina, está a defender o povo que o elegeu.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores é que estão a defender o povo!!!

O Orador: Ou seja, já vem sendo hábito em alguns Deputados do Partido Socialista (não é o caso da Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, que fique claro) ...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Foi só hoje!

O Orador: ... que ter oposição político-partidária já começa a ser antidemocrático, mas nós convivemos bem com isso e não o deixaremos de o fazer sempre e de exercer oposição, quer os senhores achem que é guerrilha político-partidária, quer achem o que entenderem. Pela nossa parte entenderemos o que quisermos em democracia, por isso vivemos naquilo que se chama democracia.

Devo dizer também que a cobardia não é qualidade que se deva ter em política. Deve-se assumir com frontalidade as nossas posições.

Sobretudo não devemos ontem (e o ontem pode ser há dois anos, há três anos, há quatro anos, há cinco anos) defender uma coisa e nunca nos termos oposto a essa coisa, como por exemplo às gravosas medidas que o Governo Socialista de José Sócrates tomou, relativamente à função pública, em que os sindicatos eram contra ...

Deputado Berto Messias (PS): Comparadas com as dos senhores, ui!

Deputado Francisco César (PS): Sócrates ao pé de Passos Coelho é um mimo!

O Orador: ... e manifestavam-se contra e hoje passou-se uma esponja, alguns desses elementos passaram uma esponja nessa matéria, porque já não lhes interessa.

Os Srs. Deputados do PS neste Parlamento – muitos dos que estão aqui presentes, outros ausentes – nunca fizeram uma crítica ao Governo de José Sócrates, onde tudo começou.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade, como bem sabe!

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: O primeiro ataque à função pública, Sr. Deputado Francisco César, reconhecer-me-á esta afirmação como verdadeira, ...

Deputado Francisco César (PS): Esta não ouvi!

O Orador: Vai ouvir agora.

... (e acho que toda a gente aqui sabe, os próprios funcionários públicos sabem), começa em 2005, com José Sócrates.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, qual é a diferença entre uma bala e um míssil?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A pontaria!

O Orador: O primeiro ataque aos direitos e regalias da função pública, a nível de vencimentos, de congelamento de carreiras, etc, etc.

Aliás, a Sra. Deputada Graça Silva, dar-me-á razão, com certeza, nessa matéria, porque na altura condenou, e bem, todas essas políticas, atacando o Governo Socialista de José Sócrates.

Deputado Berto Messias (PS): Mas por que é que o senhor não discute as propostas?

O Orador: Presumo que a Sra. Deputada não se terá esquecido das suas posições.

Nós defendemos contra o Governo da República aqui, ...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, eu gabo-lhe o esforço!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, a remuneração compensatória. Não tive nenhum problema em votar aqui a favor da remuneração compensatória...

Deputado Berto Messias (PS): Pois claro! Por que é que o senhor ia ter problemas em votar a favor?

O Orador: ... Sr. Vice-Presidente, como não tive problemas, como V. Exa. é particular testemunha, em defender os Açores na questão da Lei das Finanças Regionais. Não tive nenhum problema e V. Exa. não me deixará faltar à verdade nessa matéria.

Deputado Berto Messias (PS): Vamos então à lei das 40 horas!

O Orador: Como não tenho nenhum problema em votar favoravelmente (vou repetir, favoravelmente) esta proposta.

Aliás, devo aproveitar para elogiar do PPM, que se antecipou, que criou algum frenesim nalguma esquerda...

Deputado Francisco César (PS): A necessidade que o senhor tem em fazer uma boa proposta!

O Orador: ... porque foi ultrapassada (nalguma esquerda Sra. Deputada) ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Nalguma!

O Orador: ... que leva o partido, e sobretudo, encosta a auto titulada esquerda do PS às tábuas e vem de uma manobra pouco demagógica, que de demagógica não tem nada.

Berto Messias, no seu melhor estilo com uma Anteproposta de Lei para a Assembleia da República, foi absolutamente esmagado e ultrapassado pelo PPM. Então, o PS faz uma fuga para a frente absolutamente inacreditável, para não ficar atrás.

A questão é afirmar a autonomia, Sr. Deputado Berto Messias e afirmar a autonomia ... Bom os senhores é que são ... Um dia vão ter que se entender com o PSD, quem é o “pai” e quem é a “mãe” da autonomia, porque há uma confusão aí. Os senhores vão ter que se entender.

Deputado Berto Messias (PS): Não há confusão nenhuma!

O Orador: Portanto, como “pais” da autonomia vão ter que se entender para a gente perceber, e para eu começar a chamar a “mãe” da autonomia, o “pai” da autonomia, ou vice-versa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E quem são os avós!

O Orador: Quero perceber bem como é que foi “parida” essa autonomia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quando nasce uma criança, precisa de um pai e de uma mãe!

O Orador: Por isso é que eu estou a dizer, Sr. Vice-Presidente.

Portanto, o PS vai com essa Anteproposta de Lei que sabe antecipadamente qual é o seu destino. Antecipadamente!

Portanto, isso chama-se política ilusória para os açorianos.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não tinha menos no seu partido do que nós!

O Orador: Fazer política a favor dos açorianos é votar favoravelmente esta proposta do PPM.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que não confia nos seus colegas da Assembleia da República! Essa é que é a questão!

O Orador: Isto é que é afirmar a autonomia.

Aliás, se me permitem, eu vou ler aqui um comunicado do SINTAP que foi distribuído, onde os senhores dizem e com razão (vou citar), após uma audiência com a Sra. Presidente da Assembleia: “Foi com grande satisfação que soubemos da disponibilidade, do empenhamento de todos os Grupos Parlamentares de votar favoravelmente esta iniciativa”. Todos!

Ora, todos, eu acho que eles não adivinham. Alguém do PS terá dito que votava favoravelmente esta iniciativa, ou não?

Ao viabilizar aquela coisa, a gente vai perceber que uma abstenção também é uma viabilização.

Deputado Berto Messias (PS): Nos próximos minutos o senhor vai compreender!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aguarde pelas cenas dos próximos capítulos!

O Orador: Portanto, ser açoriano, afirmar a autonomia, defender os Açores é votar favoravelmente a iniciativa do PPM.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Falar na lei das 40 horas...!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Começaria esta intervenção por fazer uma afirmação que nunca pensei que iria fazer nesta Casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Vice-Presidente, veja lá!

O Orador: Saudar e congratular-me com uma parte da intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Gostaria de recordar aquilo que o Sr. Deputado Joaquim Machado disse na sua primeira intervenção: “O PSD e o PP, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS!

O Orador: ... CDS-PP, aumentaram o horário de trabalho para as 40 horas, devido às dificuldades e necessidades do País”. Disse o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Quero em nome do Governo dos Açores agradecer o reconhecimento que fez de que dada a gestão que fazemos da Região Autónoma dos Açores, reconhece que não existem dificuldades nos Açores, como existe no resto do País.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Foi dos melhores elogios que já assisti em relação à gestão do Governo dos Açores na nossa Região. Muito obrigado Sr. Deputado, porque ou estava a fazer demagogia, ...

Deputado Berto Messias (PS): Sobretudo vindo de quem vem!

O Orador: ... ou se diz que nos Açores se deve manter as 35 horas está a reconhecer que nos Açores não temos as dificuldades e as necessidades que os senhores têm no resto do País.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, ainda sobre esta matéria e indo à substância da mesma, gostaria de dizer que o Governo dos Açores considera, e sempre considerou, que esta matéria do aumento do horário de trabalho era algo que não fazia sentido ser aplicada na Região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, não!

O Orador: Nós assumimo-nos frontalmente contra o regime de mobilidade específica, assumimos que não havia despedimentos na administração pública regional e neste contexto consideramos que os funcionários da Administração pública regional são os suficientes, não carecendo da sua redução, nem carecendo também obviamente da necessidade de aumentar o seu horário de trabalho, porque aumentar o seu horário de trabalho é reverter uma conquista de qualidade de vida; é reverter um direito efetivamente e justamente adquirido, que permite reforçar não só a disponibilidade que todos os funcionários públicos açorianos e os açorianos têm, para poderem dispor do justo tempo para apoiar as suas famílias, para fazerem um conjunto de atividades que reforçam a sua qualidade de vida.

Sempre dissemos que o Governo dos Açores não era o problema e que não é o obstáculo à manutenção das 35 horas desde que se respeite os princípios da legalidade e se tenha em consideração o enquadramento legislativo necessário.

Abordámos sempre esta questão sem falsas demagogias, sem iludir e criar expectativas infundáveis. O que dissemos ontem é o que dizemos hoje; o que assumimos ontem, é o que continuamos exatamente a assumir.

Após esta sessão os Açores terão dois instrumentos legislativos aprovados por esta Assembleia, que permitirão no âmbito do seu desenvolvimento a concretização deste objetivo.

Neste momento, o que é importante nesta matéria é concentrarmo-nos no objetivo político; o que é importante é concentramo-nos na substância e não na forma,...

Deputado Francisco César (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, é o momento em que é necessário que todos se unam, deixando para trás as divergências, para que possamos ter também nesta matéria uma posição que permita a viabilização desta proposta, que associada à Anteproposta de Lei, que foi já aprovada nesta Casa por iniciativa do PS, possamos concretizar o objetivo que se pretende.

O objetivo que se pretende é claramente repor as 35 horas na administração pública nos Açores porque, e como muito bem disse o Sr. Deputado Joaquim Machado, felizmente os Açores não tem as dificuldades e as necessidades do País, que levaram que o PSD e o CDS-PP (com certeza contra a sua vontade) exigissem este sacrifício nacional aos funcionários públicos do País.

Permitam-me que vos diga também que há uma dimensão que é essencial nesta matéria. Nós não devemos ter açorianos de primeira e açorianos de segunda. É uma mera decisão política a não existência de açorianos de primeira e de açorianos de segunda, mas pelas declarações do Sr. Deputado Artur Lima cheguei à conclusão que, independentemente da votação e da aplicação desta proposta, temos que dar mais um passo, para que não existam açorianos de primeira e açorianos de segunda.

Os funcionários públicos que existem nos Açores não são apenas os da administração pública regional, são também os funcionários das autarquias e os funcionários da administração central que funcionam na Região. Para que esses funcionários também tenham as 35 horas é fundamental que a Anteposta de Lei que o PS apresentou nesta Casa, que foi aqui votada, seja aprovada na Assembleia da República, porque se não o for os senhores que inviabilizarem na Assembleia da República essa proposta, estão a dizer que passará a haver açorianos de primeira e açorianos de segunda. Isso não é justo nem é coerente com aquilo que defendem.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso o apelo que aqui faço neste momento, no sentido da responsabilidade de todos e da coerência com aquilo que se diz, com aquilo que se defende, é sermos coerentes em todos os momentos da nossa decisão e permitir que aquilo que se defende aqui é aquilo que tenhamos coragem também de concretizar quando a decisão ultrapassa o espaço desta Assembleia, como é o caso concreto.

Por isso, em relação ao Governo dos Açores, o que nós sempre dissemos é aquilo que hoje reafirmamos. O Governo dos Açores é contra a ampliação do horário de trabalho; os Açores, felizmente, não precisam que os seus funcionários públicos aumentem o seu horário de trabalho. Nós não fomos o problema e não seremos o obstáculo.

Em nome da concentração naquilo que realmente interessa, ou seja, na substância e não na forma e particularmente no objetivo político que está subjacente a esta mesma iniciativa, como dissemos desde o dia 1 de agosto, não inviabilizaremos qualquer iniciativa que concretize esse objetivo, a bem dos Açores e a bem dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Faz hoje exatamente uma semana que nós passámos praticamente um dia a debater e a analisar todos os prós, todos os contras, todas as razões, todas as justificações para se aplicar ou não na nossa Região o aumento de horário para as 40 horas semanais na função pública regional.

Também por isso parece-me que não há muito mais a acrescentar relativamente às posições que então cada representação e Grupo Parlamentar nesta casa expôs e defendeu, pelo menos o BE não tem muito mais a acrescentar àquilo que então disse, a não ser afirmar, mais uma vez, que votará favoravelmente este Projeto de Decreto Legislativo Regional do PPM que pretende afastar o aumento do horário de trabalho dos funcionários da administração pública regional, aumentar o horário de trabalho em troca de coisa nenhuma.

Quando nós pomos alguém a trabalhar mais, pagando-lhe exatamente a mesma coisa, isso tem um nome: chama-se exploração. Chama-se exploração no continente, chama-se exploração na Madeira e também se chama exploração aqui nos Açores.

Essa é uma das boas razões para o BE votar favoravelmente este Projeto, esta iniciativa legislativa, como também é uma boa razão para o próprio BE ter apresentado nesta Casa uma iniciativa legislativa exatamente com o mesmo objetivo e cuja continuidade dependerá do resultado das votações relativamente ao Projeto do PPM.

Outra boa razão para nós votarmos favoravelmente esta iniciativa é o facto de nos juntarmos a todos aqueles e aquelas que pretendem resistir em nome dos trabalhadores e trabalhadoras açorianas, que é como quem diz, em nome de todos e de todas as trabalhadoras portuguesas.

Bem sabemos que foi o Governo PSD/CDS que impôs esta aberração; bem sabemos que foi o Governo de José Sócrates que abriu a porta objetivamente a todas as aberrações que se lhes seguiram, mas também sabemos que nesta Região foi promessa eleitoral feita há um ano atrás pelo PS que se fosse Governo, como é, à luz e em nome das prerrogativas e das competências

autonómicas, seria uma barreira às medidas de austeridade, estúpidas e injustas, para não lhes chamar indecentes, do Governo PSD/CDS.

Votar favoravelmente esta iniciativa legislativa é honrar essa promessa eleitoral do PS há um ano atrás.

Sras. e Srs. Deputados, o medo do Representante da República e da sua reação a este diploma ou a outro que venha a ser aprovado com o mesmo teor; o medo Tribunal Constitucional e da sua reação a um diploma com este teor, não é paginável, na opinião do BE com uma autonomia que se quer madura, que se quer ambiciosa e que não perde uma oportunidade de se afirmar como uma mais-valia no contexto do nosso País.

Em alguma parte do nosso País os funcionários e as funcionárias têm que ser respeitados nas suas conquistas e nos seus seus direitos; em alguma parte do nosso País os funcionários públicos não serão espoliados de tudo em nome de uma dívida cuja responsabilidade não é sua, porque de facto nunca foram eles que viveram acima das suas possibilidades e que essa parte do nosso País possa ser a Região Autónoma dos Açores, só pode ser motivo de orgulho para os seus órgãos de governo próprio, para os seus trabalhadores e trabalhadoras e particularmente para esta Assembleia Legislativa.

Para nós, BE, e aparentemente com um consenso e com uma unanimidade extraordinária nesta Casa, porque na República a unanimidade está longe de existir, chega de roubos, chega de confiscos, chega de medidas fora da lei, chega de um Governo fora da lei, chega de espoliar quem não tem para pagar uma dívida a quem nada falta. Chega! É esta a opinião do BE.

É certo que de fora desta iniciativa e da sua eventual aprovação ficam os trabalhadores e as trabalhadoras da administração local e da administração central. É verdade!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas tem solução!

A Oradora: Mas, Sras. e Srs. Deputados, quando se abre uma brecha (e nós estamos a tentar abrir uma brecha com a aprovação desta iniciativa legislativa) no abuso e na injustiça, a esperança de que a luta vale a pena e a esperança de que o poeta está certo quando diz : “Há sempre alguém que resiste e há sempre

alguém que diz não”, passa por aqui, passa por este Parlamento, passa pela RAA, passa por cada uma das nossas 9 ilhas e das suas populações e disso o BE e eu, em particular, que aqui o represento, sinto orgulho.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Gostaria de começar por explicar ao Sr. Deputado Artur Lima, a quem muito estimo, porque é que escolhi a expressão “guerrilha política”.

Escolhi essa expressão porque aquilo a que temos assistido é - por parte de um partido que nada fez para defender os interesses dos Açores e dos trabalhadores da administração pública regional, em matéria das 35 horas - a uma sucessão de ataques ao PS e ao Governo para ocultar a sua inércia. Daí a escolha consciente que eu fiz desta terminologia.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: A verdade é que sobre esta matéria entraram três propostas nesta Assembleia Legislativa: do PS, do PPM e do BE. Não me lembro de ter visto nenhuma nem do PSD, nem do CDS-PP.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Era preciso mais uma?

Com três propostas ainda era preciso mais?

A Oradora: Julgo que tenho os meus registos atualizados nesta matéria.

Por conseguinte, falar em conveniência tática, por parte do PS, é apenas mais um recurso a uma frase demagógica que se pensa que cairá bem.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, saberemos quem decidiu melhor ou pior. Não é isso que está em causa. Disse-o em todas as intervenções que fiz: enquanto legisladores, somos convocados a interpretar e a decidir e o PS fê-lo e assumiu a sua decisão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós também interpretamos e assumimos!

A Oradora: Pior do que isto é decidir não fazer nada e disso o PS não pode ser acusado.

Voltando à questão que interessa.

Manifestámo-nos sempre contra as 40 horas. Não só as achamos injustas como achamos desnecessárias, achamos que não acrescentam nada aos objetivos de eficácia, do que quer que seja. Pelo contrário, irão criar um conjunto de problemas que já foram aqui hoje suficientemente sublinhados.

Portanto, para concluir a minha intervenção, eu gostaria mais uma vez de reiterar que aquilo que o PS disse, que era contra a aplicação das 35 horas na RAA, é aquilo que guia e tem guiado a nossa ação e as nossas decisões.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fugiu-lhe a boca para a verdade!

A Oradora: Mais uma vez, honraremos o compromisso que assumimos perante os açorianos e fizemos mais do que alguns: decidimos, não tivemos medo de decidir.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fugiu foi a boca para a verdade ao dizer que era contra as 35 horas!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

A Mesa não tem mais inscrições pelo que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de DLR foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Não entrou nenhuma proposta de alteração na Mesa, pelo que coloco à vossa consideração a possibilidade de votarmos em conjunto os 5 artigos deste diploma.

Não havendo oposição vamos votar na especialidade este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global o Projeto de DLR foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputadas Zuraida Soares, para uma declaração de voto tem a palavra. Cinco minutos.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Penso que é um momento de registar sobretudo a unanimidade desta votação na nossa Assembleia e queria também informar a câmara de que o BE, face à aprovação unânime da iniciativa do PPM, retirará o seu Projeto de DLR, que tinha exatamente o mesmo objetivo e versava sobre a mesma matéria.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

A unanimidade gerada à volta deste diploma congrega as vontades do nosso Parlamento para a defesa daquilo que são as competências legislativas da nossa Região Autónoma.

É um resultado positivo e encorajador para futuramente continuarmos a exercer com firmeza, com alguma ousadia, as nossas competências legislativas, mas não pode disfarçar o percurso que nos trouxe até aqui da argumentação contrária àquilo que acabámos de fazer. Uma argumentação contrária que foi sempre exclusivamente feita pelo Governo Regional e pelo PS.

Nenhum partido da oposição questionou a possibilidade da Região exercer a competência que acabámos de concretizar, pelo contrário. O PSD-Açores, no dia 27 de junho, absteve-se na votação do diploma nacional exatamente por considerar que era possível, desejável e necessário fazer o que acabámos de

fazer agora, neste momento, isto é, de que a Região tendo competência, devia ser ela a decidir sobre esta matéria.

Outros que hoje chegaram a esta solução não o fizeram, muito pelo contrário, invocaram razões diferentes; renegaram as competências que acabámos de usar, dizendo que isto era competência exclusiva da Assembleia da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Continuaram a insistir nessa argumentação.

Pediram um parecer jurídico que sustentava essa argumentação e até apresentaram aqui um diploma que confirmava essa argumentação.

Só a conveniência terá feito chegar a esta unanimidade, mas se ela tem alguma convicção, bem-vindo seja o Partido Socialista a esta convicção, de que esta era a solução.

Agora, de uma coisa os senhores não se livram. Não se livram deste percurso zigzagueante, nem se livram das suspeitas que levantaram, dos alertas que lançaram para a Madre de Deus.

Se este diploma tiver um desfecho diferente daquele que nós convictamente aqui votámos, os senhores certamente terão uma grande responsabilidade nisso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Fizeram todo um caminho de argumentação, fizeram todos os procedimentos, sustentaram inclusivamente a sua argumentação com o Parecer do Representante da República para a Madeira.

Quem está de convicção firme numa posição de que os Açores têm competência e deviam exercer, não tinham feito o caminho que os senhores fizeram.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Tal como sempre dissemos em nome do Partido Socialista dos Açores, defendemos a manutenção das 35 horas na Região Autónoma dos Açores e do ponto de vista político sempre dissemos que apoiariámos todas as iniciativas, de todos os partidos, que convirjam para esse objetivo

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade. É melhor concretizar!

O Orador: E em coerência com aquilo que sempre dissemos desde o início, votámos favoravelmente esta proposta do PPM que naturalmente saudamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estou a esquecer-me ou votaram contra uma proposta a semana passada?

O Orador: O sentido do voto favorável a esta iniciativa do PPM insere-se assim no apoio claro e inequívoco a este objetivo político mais do que à forma concreta como ele é materializado.

A nossa opção e a nossa convicção, quanto ao mérito formal da iniciativa que estamos a analisar, é sobejamente conhecida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mérito formal. Dizem que é ilegal!

O Orador: No entanto, o Partido Socialista dos Açores considera decisivo que esta Assembleia se manifeste de forma unida a favor da manutenção das 35 horas.

Para isso é imprescindível que o Partido Socialista dos Açores vote a favor desta iniciativa do PPM.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já votou!

O Orador: Por isso, o PS-Açores vota favoravelmente, privilegiando, neste caso, a substância em vez da forma.

Somos contra a aplicação das 40 horas na Região Autónoma dos Açores. Sempre o fomos e sempre o afirmámos.

Os princípios que o Governo da República invoca para impor a aplicação das 40 horas aos trabalhadores da Administração Pública, julgamos que não são nem invocáveis, nem aplicáveis nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só não se aplica hoje as 35 horas, porque votaram contra a semana passada!

O Orador: Refiro-me ao alegado excesso de funcionários públicos da administração pública nacional e também à necessidade de muitos milhares de despedimentos.

Nós, nos Açores, não temos funcionários públicos a mais.

Portanto, entendemos que estes princípios não são aplicáveis à Região Autónoma dos Açores.

Para o Partido Socialista, os trabalhadores da Administração pública regional não são um problema, não são um fardo orçamental. São, sim, um parceiro e são, sim, parte da solução que deve ser obviamente entendido dessa forma.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, depois deste voto favorável, é importante dizer que esta matéria não acaba aqui.

Como sabem, esta proposta seguirá agora para o Sr. Representante da República, mas temos também uma Anteproposta de Lei na Assembleia da República que foi aqui votada.

Fica aqui o apelo aos partidos que sustentam o Governo da República do PSD e do CDS-PP, para que possam também junto dos seus companheiros nacionais interceder e influenciar para que a Assembleia da República vote favoravelmente a Anteproposta de Lei, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores têm poderes para isso!

O Orador: ... que já não é do Partido Socialista, é sim do Parlamento do Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: É importante que possa haver também – aliás, avaliando pelas intervenções do Sr. Deputado Joaquim Machado – uma alteração de postura por parte dos Deputados do PSD-Açores na Assembleia da República.

Como se sabe, os Deputados do PSD-Açores, na Assembleia da República, votaram a favor da aplicação das 40 horas na Região Autónoma dos Açores.

Aquilo que se espera agora é que esses Deputados do PSD-Açores, na Assembleia da República, votem a favor desta Anteproposta de Lei (volto a dizer) que já não é do Partido Socialista, é sim do Parlamento dos Açores,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... para que dessa forma deixe de haver qualquer tipo de dúvida sobre uma matéria que nos parece de absoluta justiça, porque a Região Autónoma dos Açores merece e porque os trabalhadores da Administração pública regional merecem também, porque devem ser, sim, encarados como um fator positivo e um contribuinte ativo para o desenvolvimento da nossa Região e estou certo que é isso que todos os partidos nesta casa pretendem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Eu considero que esta tomada de posição do Parlamento dos Açores, por unanimidade, tem uma grande importância.

Uma decisão por unanimidade desta Casa tem sempre um significado político muito grande e fundamentalmente também tem um grande significado autonómico.

Quero aqui reivindicar esta vitória em nome dos trabalhadores dos Açores.

Foram eles que ganharam esta batalha com a sua determinação, com a justiça da sua argumentação e com a justiça da situação que estamos a avaliar aqui.

A situação que estamos aqui a avaliar não é uma situação de tentar criar uma zona de privilégio, como disse no meu discurso, mas sim uma zona de resistência em nome de todos os trabalhadores deste país.

Aqui, o que nós pretendemos é que nos Açores seja possível guardar este património que foi conquistado por gerações de trabalhadores de todo o país, mas temos atualmente condições políticas. Este Parlamento ratificou esta decisão no sentido de podermos aqui suportá-la do ponto de vista político.

Isto é muito importante porque estamos a guardar este património, que é o património de muitos portugueses e é importante que ele sobreviva, que sobreviva ao horário das 35 horas nalguma zona do território de Portugal.

Esta decisão do Parlamento dos Açores garante que assim seja.

Devo dizer também o seguinte (não posso deixar de dizer isto):

O PPM apresentou uma outra proposta que não foi aqui referenciada, que foi um Projeto de Resolução que recomendava ao Governo que aplicasse uma solução administrativa para que amanhã os trabalhadores já não tivessem que trabalhar 40 horas, mas sim 35.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É preciso dizer e relembrar que o Partido Socialista inviabilizou, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Chumbou

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi o único!

O Orador: ... chumbou essa proposta.

Por isso vamos ter que aguardar que esta legislação venha a ser publicada e entre em vigor para que os trabalhadores passem a realizar um horário de 35 horas por semana.

Por fim, referenciar o seguinte:

Na minha perspetiva, a decisão do Sr. Representante da República fica muito condicionada quando existe uma posição do Parlamento dos Açores, que é um órgão legítimo, que é um órgão eleito, com representatividade política. Fomos eleitos para representar a vontade dos açorianos no seio de uma autonomia que é reconhecida constitucionalmente pelo Estado Português.

Isto tem que ter um significado.

O senhor Representante da República não foi eleito pelos açorianos. Como não foi eleito pelos açorianos tem o dever constitucional e também tem o dever político e de cidadania de respeitar uma decisão do Parlamento dos Açores que foi tomada por unanimidade (por unanimidade, reitero).

Por isso é fundamental que o Sr. Representante da República não abra aqui um debate em relação à questão autonómica (que não abra esse debate), que

respeite aquelas que são as competências próprias dos órgãos da autonomia açoriana, deste Parlamento e do Governo Regional dos Açores.

É fundamental que assim seja e espero que o Representante da República receba essa mensagem, uma mensagem muito clara deste Parlamento.

Quero terminar dizendo o seguinte:

Se assim não for, se este Parlamento não tiver competências para legislar no sentido de adaptar os horários da Administração Pública às suas necessidades, àquela que é a sua realidade, aquele que é o seu contexto e àquela que é a vontade política da cidadania açoriana, se isso assim não for, esta autonomia continua a não ter os instrumentos políticos necessários, ou o Estado não lhes reconhece, no sentido de poder dar uma resposta política e social às suas populações.

Se chegarmos a essa conclusão, é uma conclusão muito grave em relação àquela que continua a ser a amplitude da Autonomia dos Açores.

Eu não tenho nenhuma dúvida que a Constituição e o Estatuto Político-Administrativo nos reconhecem estas competências. Não tenho nenhuma dúvida em relação a essa matéria.

Espero que o Senhor Representante da República também não a tenha.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

A aprovação unânime desta iniciativa do PPM constitui-se, de facto, como um importante facto político, desde logo, porque reconhece a justiça da luta dos trabalhadores da Administração Pública na Região, ao reconhecer-lhes a justiça e a justeza das suas reivindicações, mas o significado político não se confina apenas ao território da Região Autónoma dos Açores.

Aliás, a decisão que hoje foi tomada neste Parlamento dará certamente força à luta de todos os trabalhadores portugueses, porque é no Parlamento, mas também é através da luta e da intervenção dos cidadãos, através das suas estruturas representativas, os sindicatos, que é possível que se produzam as

transformações necessárias para romper com este rumo de ruína a que o Governo da República nos tem conduzido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições, pelo que passo a ler e a colocar à vossa consideração a seguinte Proposta de Deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o plenário extraordinário de outubro.”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Um resto de um bom dia.

Obrigada a todos. Bom regresso a casa.

Eram 11 horas e 50 minutos.

(Aplausos do público)

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Arlinda Maria Focha Nunes

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira Duarte Manuel Braga Moreira

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Renata Correia Botelho

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral

António Oldemiro das Neves Pedroso

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

(*) Texto não revisto pelo orador

Documento entrado

Declaração de Voto

Votação Projeto DLR sobre manutenção das 35 Horas na Região Autónoma dos Açores

Tal como sempre dissemos em nome do Partido Socialista dos Açores, defendemos a manutenção das 35 horas na Região Autónoma dos Açores, e do ponto de vista político sempre dissemos, que apoiaríamos todas as iniciativas de todos os partidos que convirjam para esse objetivo.

E, em coerência com aquilo que sempre dissemos desde o início, votamos favoravelmente esta proposta do PPM, que naturalmente saudamos.

O sentido do voto favorável a esta iniciativa do PPM, insere-se assim, no apoio claro e inequívoco a este objetivo político, mais do que à forma concreta como ele é materializado. A nossa opção e a nossa convicção quanto ao mérito formal da iniciativa que estamos a analisar é sobejamente conhecida.

No entanto, o Partido Socialista dos Açores considera decisivo que esta Assembleia se manifeste de forma unida, a favor da manutenção das 35 horas. Para isso é imprescindível que o Partido Socialista dos Açores vote a favor desta iniciativa do PPM.

Por isso o PS/Açores vota favoravelmente, privilegiando neste caso a substância em vez da forma.

Somos contra a aplicação das 40 horas na Região Autónoma dos Açores.

Sempre o fomos e sempre o afirmámos.

Os princípios que o Governo da República invoca para impor a aplicação das 40 horas aos trabalhadores da administração pública, julgamos que não são nem invocáveis, nem aplicáveis nos Açores.

Referimo-nos ao alegado excesso de funcionários públicos da administração pública nacional, e também à necessidade de muito milhares de despedimentos.

Nos Açores, não temos funcionários públicos a mais e portanto, entendemos que estes princípios não são aplicáveis à Região Autónoma dos Açores.

Para o Partido Socialista, os trabalhadores da administração pública regional, não são um problema, não são um fardo orçamental, são sim um parceiro, são sim parte da solução.

Depois deste voto favorável é importante referir que esta matéria não acaba aqui.

Esta proposta seguirá agora para o Senhor Representante da República, mas há, também, uma anteproposta de lei, na Assembleia da República que foi aqui votada, sendo importante que os partidos que sustentam o Governo da República do PSD e do CDS/PP, intercedam junto dos companheiros nacionais para influenciar que a Assembleia da República vote favoravelmente a anteproposta de lei, que já não é do Partido Socialista, mas sim do Parlamento dos Açores.

É importante, também, que haja uma alteração de postura por parte dos deputados do PSD dos Açores, na Assembleia da República que, votaram a favor da aplicação das 40 horas na Região Autónoma dos Açores.

Aquilo que esperamos é que esses deputados do PSD/Açores na Assembleia da República, votem a favor desta anteproposta de lei e influenciem os colegas do mesmo partido a votar favoravelmente.

Assim, deixará de haver qualquer tipo de dúvida sobre uma matéria que nos parece de absoluta justiça, porque a Região Autónoma dos Açores merece, e porque os trabalhadores da administração pública regional merecem também.

Horta, sala das sessões, 21 de outubro de 2013

Os Deputados do PS: Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Francisco César, Arlinda Nunes, Isabel Almeida Rodrigues e Graça Silva

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

P¹a redatora: Noélia Escobar